As esferas pública e privada: reflexões sobre o papel da educação

The public and private spheres: reflections about the role of education

Paula de Souza Bezerra
Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui

Resumo

A discussão propõe uma busca sobre os conceitos de esfera pública e privada desde a Antiguidade, bem como o papel da educação em meio a esses dois campos organizacionais. Tendo em vista a existência de uma crise que abrange diversos segmentos (político, econômico, cultural e social) na atualidade, trazemos a seguinte inquietação: precisamos de um resgate dos conceitos de público e privado? Com essa pergunta o objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre o resgate do público e do privado e o papel que a educação pode desempenhar nessa perspectiva. A possibilidade de a pesquisa vir a ser um instrumento de estudo para a academia, e também um caminho para conscientização da própria comunidade, apresenta-se como sua justificativa. Como metodologia optou-se pelo estudo de cunho bibliográfico e de abordagem qualitativa, utilizando como principais referenciais teóricos: Hannah Arendt, Celso Lafer e José Sérgio de Carvalho.

Palavras-chave

Educação; Esfera Pública; Esfera Privada.

Abstract

The discussion proposes a search about the concepts of the public and private spheres since antiquity, as well as the role of education in the middle of these two organizational fields. In view of the existence of a crisis nowadays that spans over several segments (political, economic, cultural and social) we bring the following question: the concepts of public and private spheres need to be rescued? With this inquiry we have the objective of this article, a reflection about the rescue of the public and private and the role of education in this perspective. The possibility of this research being used as an instrument of study for the academy, and as a path for bringing awareness for the community itself, is presented as its justification. For the methodology we opted for bibliographical research of qualitative approach, using as main theoretical references: Hannah Arendt, Celso Lafer and José Sérgio de Carvalho.

Keywords

Education; Public Sphere; Private Sphere.

Introdução

Estamos vivenciando impactantes transformações no que tange os campos da política, economia e da própria tecnologia e, que por sua vez, afetam a esfera pública e a esfera privada. Observando a nossa real conjectura política, na qual a cada dia visualizamos escândalos de corrupção, perdas de direitos sociais e entre tantas outras informações que chegam a nós pelas diversas mídias pode-se inferir que está havendo também uma destruição do espaço público e uma invasão no campo privado. A partir dessas análises surgiu a seguinte inquietação: necessitamos de um resgate dos conceitos de esfera pública e privada?

Pensar sobre as esferas não é uma tarefa fácil, porém imprescindível em um momento de crise política na qual estamos inseridos. Assim, a discussão se faz necessária e se fortalece, pois é capaz de revelar e ajudar a compreendermos nosso papel enquanto cidadãos atuantes na sociedade. Seguindo essas questões é que trazemos os estudos desenvolvidos por Hannah Arendt, meio pelo qual será possível começarmos a pensar sobre as esferas e a importância de ambas dentro da realidade vigente. O principal objetivo deste estudo é revelar os conceitos de público e privado, de tal modo que, possamos entender a importância de ambos os campos na atualidade.

O que é público? O que é privado? Essas são perguntas que revelam respostas em sua maioria do senso comum, falas ou a nossa própria posição como, por exemplo, ser livre para poder expor a vida íntima nas redes sociais. Falas como essa, por falta de conhecimento dos conceitos, justificam e afirmam a importância de se pensar sobre as esferas.

Liberdade, intimidade, necessidade e política, esses são os pontos que norteiam ambas as esferas organizacionais (no caso o público e o privado), ou que pelo menos assim deveriam ser. Será preciso um resgate dos conceitos? Quais as possíveis implicações do mesmo dentro da nossa atual realidade? Esses são pontos norteadores que assim como nossa inquietação inicial, fazem parte e complementam o estudo sugerido.

Vale lembrar que esse estudo tem como base metodológica escolhida a pesquisa de cunho bibliográfico e abordagem qualitativa. Além das ideias arendtianas, fundamentaremos a discussão em estudos de outros autores como José Sérgio de Carvalho, Celso Lafer e outras referências que se fizerem pertinentes no decorrer da discussão.

A esfera privada: espaço da família e das necessidades

O âmbito privado era conhecido como o espaço das necessidades e do ocultamento, além de destinar-se à proteção e à manutenção da vida. Assim, para Arendt (2001), esta esfera seria o único lugar possível para manter a sobrevivência e a propagação da espécie. Era considerado espaço da família, lembrando que, dentro desta esfera, é que se originam todos os tipos de repressão.

Na Antiguidade, os integrantes da esfera privada, além das mulheres e dos patriarcas das famílias, eram considerados, também, as crianças e os escravos. Logo, cada indivíduo possuía o seu papel na garantia e na organização deste espaço. Ressaltamos que, mesmo sendo considerado um lugar de nascimento, morte e acolhimento de seus integrantes, havia no campo privado algumas distinções entre seus semelhantes, já que nem todas as pessoas que compunham este âmbito eram consideradas cidadãos da *polis*. Na esfera privada, somente os homens livres poderiam ser considerados cidadãos (ARENDR, 2001).

A desigualdade hierárquica entre as pessoas era característica da *polis* e, sendo assim, as tarefas relativas às necessidades básicas estavam destinadas aos membros do âmbito familiar. Aos homens, patriarcas deste ambiente, cabia a responsabilidade pela sobrevivência, ou seja, velar pela subsistência e também pela proteção do lar. No seio da família, o homem era o detentor do poder, comandante de todos os outros membros, porque era ele o responsável por providenciar “[...] os alimentos e a segurança face as ameaças internas (por exemplo: revoltas de escravos) e externas (outros senhores que quisessem destruir uma dada casa e família)” (ANTUNES, 2004, p. 2-3).

Se a manutenção e a proteção dos membros do lar em relação aos perigos externos eram tarefas dos homens, às mulheres cabiam a reprodução e os cuidados deste espaço, pois “o fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais [...] eram sujeitas à mesma premência da vida” (ARENDR, 2001, p.40).

Restava para as mulheres além da procriação, o cuidado com os filhos, sendo ela, ainda, a responsável por ajudar o patriarca a manter todas as questões domésticas. Conforme Le Goff (1989), a mulher na Antiguidade sempre esteve ligada à visão de fraqueza e inferioridade, sendo então o seu domínio o lar, lugar protegido e recluso, onde muitas vezes ficava no isolamento de um cômodo, que podia encontrar-se na parte superior ou ainda ao lado da moradia.

Aos escravos, que não eram considerados cidadãos, mas compunham o

patrimônio familiar, eram reservadas todas as atividades domésticas que auxiliariam o patriarca a suprir as carências existentes na intimidade. Quase todo o labor, trabalho físico era destinado aos escravos, pois esta era a garantia para que o homem pudesse abdicar da preocupação com o trabalho dentro de casa e, assim, adentrar a vida política da *polis* (LE GOFF, 1989).

A esfera privada “[...] ligada à casa e à família, caracterizava-se por ser um plano da existência no qual se buscava prioritariamente atender às necessidades da vida, garantir a sobrevivência individual e prover a continuidade da espécie” (CARVALHO, 2013, p. 77). Como podemos observar, para isto, cada membro da família tinha uma responsabilidade que ajudava em sua organização e, como lembra a autora, “o que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências” (ARENDT, 2001, p. 39). Entendemos que, para ser livre, era preciso viver entre pares, porém este ambiente não pressupunha a igualdade de estar “entre os homens”, mas, ao contrário, significava estar juntos por necessidade e por proteção.

Todas as ações estavam ligadas às relações de poder que existiam na esfera privada visto que, por tradição, o homem era considerado o chefe da família. Neste sentido, Arendt diz que “[...] dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois, o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais” (ARENDT, 2001, p. 42).

Dentro deste campo, somente os patriarcas poderiam ser livres, já que estes eram detentores de poder, chefiavam e comandavam todos os integrantes do lar. É o que comprovamos em: “[...] o chefe de família tinha o poder econômico, era o provedor da alimentação e segurança da família, mantendo a ordem doméstica, exercia um poder totalitário sobre a vida e a morte” (ANTUNES, 2004, p. 3), por isto diferenciava-se dos outros membros deste âmbito, já que, diferentemente dos demais, era livre e decidia todas as questões referentes ao lar.

Os sentimentos o amor e a dor, por exemplo, não podiam ser expostos na vida política porque eram de natureza íntima, de fraqueza e não podiam ser manifestados em público, eram entendidos como irrelevantes. Por outro lado, tudo que fosse vivenciado e compartilhado na relação entre os sujeitos livres, possuía importância e relevância, sendo, então, pertinentes à vida política. Por sua vez, na “privatividade” – termo utilizado por Arendt –, os indivíduos não eram ouvidos e nem ouviam, este não era o campo da liberdade democrática nem do respeito, posto que o diálogo estava ausente deste âmbito.

A violência na intimidade

O privado pode ser entendido como o local da coerção e da violência. A justificativa para esta questão, de acordo com Arendt (2001), revela-se, pois:

Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade do mundo. Esta liberdade é a condição essencial daquilo que os gregos chamavam de *eudaimonia*, <<ventura>> – estado objetivo dependente, em primeiro lugar, da riqueza e da saúde (ARENDT, 2001, p. 40).

Segundo a autora, o âmbito privado é, de fato, desde o tempo antigo, o local da violência, do ocultamento. Isso porque, na concepção apresentada por Arendt (2001), o campo da intimidade é o lugar de manutenção daquilo que é essencial para vida, sendo que se relacionar com o outro só era possível dentro da esfera pública. Observamos a existência da preocupação da autora para esclarecer que estas duas ordens de organização – privada e pública – são distintas. Para Celso Lafer (1988, p. 237), “[...] Hannah Arendt sublinha que a vida pública e a vida privada devem ser consideradas separadamente, pois, são diferentes os objetivos e as preocupações que as comandam”, já que a ordem que rege a privacidade é a necessidade.

Dentro da ordem privada, havia condutas que não poderiam ser expostas na esfera política, caso da violência e da coerção. Em relação às mulheres e às crianças também eram vetados os sentimentos como o amor e o afeto.

Por este motivo, Arendt (2001) denomina o privado como o lugar que oculta a violência e onde acontecem fatos naturais como o nascimento e a morte. Talvez por isso a violência familiar fosse admitida como algo natural e íntimo. Assim, para Arendt, “[...] a esfera doméstica residia originalmente no fato de ser o lar a esfera do nascimento e da morte, que devia ser escondida da esfera pública por abrigar coisas ocultas aos olhos humanos e impenetráveis ao conhecimento humano” (ARENDT, 2001, p. 72).

Em se tratando da violência, para compreendermos melhor a maneira como era praticada na intimidade, faz-se necessário que analisemos tal conceito. Para Hannah Arendt (2005), a violência é um instrumento que tem sempre uma finalidade. Por exemplo, ser violento na esfera privada justificava-se como o meio para que o homem livre (cidadão da *polis*) pudesse abdicar da intimidade para adentrar a vida pública. Este abdicar está relacionado a tudo que é biológico, doméstico e considerado desnecessário na esfera pública, caso do cuidado com a terra, garantia dos alimentos, o

cuidar da casa e dos filhos, entre outros. Sendo um instrumento com objetivo final a ser alcançado, a violência, para a autora, revela-se, pois:

A verdadeira substância da ação violenta é regida pela categoria meio e fim cuja principal característica, aplicada aos assuntos humanos, foi sempre a de que o fim está sempre em perigo de ser superado pelos meios que os justificam e que são necessários para alcançá-lo (ARENDT, 2005, p. 10 – tradução nossa).

Segundo Arendt (2004), a violência é um ato que pode desumanizar os seres humanos e isso fica claro quando mencionado que, já na Antiguidade, a esfera privada considerava os não-livres como inferiores. De fato, agir para manter esta ordem de organização, utilizando a violência para construir patrimônio e poder, por meio do labor (trabalho braçal) era visto como se os membros que produziam estas riquezas não existissem e por isso, pouco importava à sociedade.

É preciso considerar que a importância da violência ante a esfera privada é uma característica que pode ser apontada como legítima ou não. De acordo com Ferreira, isso indica que a violência:

[...] não é um fim em si mesma. Nesse sentido, se aproxima da fortaleza, porque os instrumentos da violência são feitos para aumentar e multiplicar uma fortaleza natural de alguém ou então substituí-la. A violência pode exigir uma obediência incondicional, mas se baseia em implementos, em instrumentos de fortaleza. Ela não precisa de quantidade de opiniões como o poder precisa (FERREIRA, 2007, p. 67).

Logo, sendo necessário somente um único ser para instaurar a violência dentro do campo privado, fica evidente a diferenciação contida entre o espaço da família e do lar, e o da liberdade e da política. Na privacidade exerciam-se a violência e a coerção, enquanto na outra esfera, no convívio com outros pares, preservava-se a persuasão.

A esfera pública: espaços dos livres

A esfera pública se mantinha na presença dos iguais e, sendo assim, não poderia ser composta por escravos, crianças e mulheres. Assim, o mundo público era considerado, na Antiguidade, o local “[...] onde os homens liberados das necessidades da luta pela vida (labor), podem se encontrar para, juntos criar e gerir, por seus atos e palavras, o *bios politikós*, ou seja, a dimensão pública e política de existência; a ação

(práxis)” (CARVALHO, 2013, p. 78). Segundo Aguiar, a esfera pública é:

[...] o espaço em que entram somente ações (praxis) e palavras (lexis) que dignificam o homem, que o tornam distinto do animal humano. Nessa esfera, o homem adentra como ser livre, capaz de tomar atitudes e agir espontaneamente, sem o constrangimento das necessidades ou forma outra de coação (AGUIAR, 2004, p. 9-10).

Ora, se somente os membros do sexo masculino eram considerados livres neste espaço e aptos para as atividades pertinentes à esta esfera – no caso da política – o que resta para os demais indivíduos? As crianças não estavam prontas para entrar na vida pública e dela participar. Elas deveriam, então, estar protegidas e educadas de modo que fossem preparadas para esse convívio político (ARENDT, 2001).

A esfera pública se fazia imprescindível para o funcionamento da *polis*, visto que este era o espaço da ação, que nada mais era que “[...] a dimensão na qual podemos experimentar a *liberdade como fenômeno político*, ou seja, vivenciar a capacidade histórica de romper com os automatismos da reprodução social e criar o novo” (CARVALHO, 2013, p.79), além de ser o local do discurso, da oratória e da persuasão. No entanto, sendo um campo que mantinha as mulheres em relação inferior aos membros da *polis*, cabe a ressalva de que esta ação e a liberdade só poderiam ser vivenciadas pelos cidadãos, ou seja, os chefes da casa, do sexo masculino e livres.

A política na esfera pública

Para o exercício político dentro da *polis*, o discurso e o debate eram, portanto, fundamentais. Desta maneira, estes eram os instrumentos utilizados pelos cidadãos, em favor das questões concernentes a este âmbito, o que se fazia necessário, tendo em vista que a palavra era tida como característica indispensável para o exercício da vida dos livres. A este respeito, Vernant assinala que:

Entre a arte política e o *logos*, há assim relação estreita, vínculo recíproco. A arte política é essencialmente exercício da linguagem; e o *logos*, na origem, toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, por intermédio de sua função política (VERNANT, 2004, p. 54).

Na visão arendtiana, a esfera pública é, pois, o espaço onde os iguais podiam se distanciar do ocultamento e de tudo que era restrito à privatividade e, por isto, é,

também, conhecido como o “[...] lugar em que os homens podiam aparecer uns para os outros e expressar sua singularidade. Nessa perspectiva, a liberdade era um estado e não uma qualidade pertencente ao indivíduo [...]” (CUSTÓDIO, 2011, p. 43).

O exercício político era essencial para o funcionamento desta esfera. Sendo assim, viam-se apenas duas atividades como essencialmente políticas, no caso, a ação e o discurso, em grego a *praxis* e a *lexis* (ARENDT, 2001). Porém, estar livre somente das carências biológicas não era pressuposto para alcançar a liberdade, pois, para o homem grego, por exemplo, para ser plenamente livre, era necessária a presença de outros homens. Como aponta Arendt (2001), dentro desta esfera, existia uma relação que acontecia entre os homens, diferentemente do que ocorria na esfera privada, já que, no público, os homens – cidadãos livres – passavam a ouvir e também a serem ouvidos, ato que nos diferencia dos outros animais. Segundo o pensamento arendtiano, é a ação que só pode ocorrer na presença dos outros.

Ao participar da esfera pública – oposto a esfera privada –, questões referentes à violência, à coerção e ao ato de comandar deveriam ficar ocultas. Esta relação não podia ser de caráter familiar ou de afeto, uma vez que:

[...] há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença dos outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto e ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado. É claro que isto não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, veremos que existem assuntos muito relevantes que só podem sobreviver na esfera privada. O amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morre ou, antes, se extingue assim que é trazido a público (ARENDT, 2001, p. 61).

No campo político, os cidadãos valiam-se da ação e do discurso em relação a questões que promovessem a melhoria na organização da *polis*. Então, entrando na esfera pública, era necessário pensar e discutir tudo o que fosse relativo à vida política. Os livres também usavam este espaço para mostrar, efetivamente, quem eram perante seus iguais. Portanto, o público, na concepção antiga, também era visto como o lugar da “[...] singularidade da ação, que por definição é imprevisível, única e original” (FERREIRA, 2007, p. 17).

Como local de igualdade, ação e discurso, a esfera pública na Antiguidade também era considerada local da liberdade. Mas, existem ainda dois pontos ligados a estas questões que são norteadores e dão forma às características do campo político. O

termo público ou espaço da liberdade tinha dois significados. Para Arendt, em primeiro lugar, significava:

[...] dois fenômenos intimamente correlatos mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmo – constitui a realidade (ARENDT, 2001, p. 59).

Assim, ouvir e ser ouvido por outros homens era um fator imprescindível para a política e tudo o que fosse levado a público poderia ser visto. Para o homem livre, participar da política era um meio de transcender sua existência e não era possível viver uma vida plenamente livre sem a presença dos outros homens, uma vez que esta “[...] presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDT, 2001, p. 60). Por isso, tudo o que era exposto passava a ser considerado de âmbito público, bem como aquilo que era considerado irrelevante tornava-se pertencente à esfera privada. Neste sentido, entendemos que a transparência faz parte das qualidades públicas.

Na concepção antiga, para adentrar o mundo público, era essencial que o homem fosse livre, de modo que só neste espaço o cidadão poderia usufruir de sua liberdade. Logo, liberdade nada mais era que a própria política e, como explica a autora, “o campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política” (ARENDT, 2011, p. 191). Segundo Arendt (2001), a liberdade dos homens na *polis* era o motivo para manter o convívio político organizado, mas ser livre não era sinônimo de liberação e, por isso:

A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia dos outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado, em outras palavras, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos (ARENDT, 2011, p. 194).

Somente no convívio com os seus iguais, os homens estariam plenamente libertos. Além disso, conforme Arendt (2001), para ser considerado político, o cidadão deveria utilizar-se das palavras e da orientação – persuasão – sendo que o ato de governar e o emprego da violência caracterizavam somente a esfera familiar, não

podendo, portanto, ser utilizados na vida política.

Para o homem livre, participar da vida pública significava que a sua vida iria para além das necessidades, ou seja, ele pertenceria realmente ao mundo. Nas palavras de Arendt (2001), a esfera pública seria o próprio *mundo comum* e, a partir deste ponto de vista, encontramos o que a autora denomina como sendo o segundo significado do termo “público”:

Em segundo lugar, o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDT, 2001, p. 62).

Esta esfera era contrária à esfera privada, caracterizada pelo labor, onde o que era feito era consumido dentro do ciclo vital. A esfera política procurava, por meio do trabalho das mãos humanas, produzir aquilo que seria permanente no mundo e, que ultrapassaria a existência dos homens, tornando-se comum a todos, conferindo prestígio a esta atividade própria dos homens, gênero dominante daqueles que tinham poder dentro deste espaço.

Educação entre o público e o privado

Ora, se a liberdade é a própria política, se a esfera pública é o espaço onde realmente existe a liberdade, nos resta então uma inquietação: em que espaço cabe à educação? Pensando na conceitualização greco-romana que discutimos até o momento e que fundamentados com a teoria de Hannah Arendt, veremos que a educação possui papel essencial, uma vez que é entendida como o meio pré-político para adentrar a vida política, entre outras palavras, a educação não estaria, segundo a visão arendtiana, ligada à esfera pública, uma vez que esta se destina à preparação dos jovens no mundo (ARENDT, 2011).

Retomando Arendt, o ato de preparar as crianças para exercerem sua liberdade implicava responsabilidade e, como visto, participar da vida pública também gerava a preocupação com a conservação do *mundo comum*. Dessa maneira, a educação era um ato de responsabilidade com o mundo.

A criança partilha do estado de vir a ser com todas as coisas vivas; com respeito à vida e seu desenvolvimento, a criança é um ser humano em processo de formação, do mesmo modo que um gatinho é um gato em processo de formação. Mas a criança só é nova em relação ao mundo que existia antes dela, que continuará após a sua morte e no qual transcorrerá sua vida. Se a criança não fosse um recém-chegado nesse mundo humano, porém simplesmente uma criatura viva ainda não concluída, a educação seria apenas uma função da vida e não teria que consistir em nada além da preocupação para com a preservação da vida e do treinamento e na prática do viver que todos os humanos assumem em relação a seus filhos (ARENDT, 2011, p. 235).

Com a educação da Antiguidade não era diferente, porque o educar tinha uma única finalidade: a preparação para a vida na *polis*. O educar era o caminho para que as crianças do gênero masculino pudessem libertar-se das necessidades da esfera privada e adentrar a política, de tal modo que, enfim, fossem reconhecidas como cidadãos livres. Nesse sentido, a criança deveria estar protegida até estar devidamente educada e, por isso, Arendt menciona que:

Por precisar ser protegida do mundo, o lugar tradicional da criança é a família, cujos membros adultos diariamente retornam do mundo exterior e se recolhem à segurança da vida privada entre quatro paredes. Essas quatro paredes, entre as quais a vida familiar privada das pessoas é vivida, constitui um escudo contra o mundo e, sobretudo, contra o aspecto público do mundo (ARENDT, 2011, p. 236).

A autora aborda a importância da proteção, que, na Antiguidade, não era diferente. Como pudemos observar, a educação estava restrita ao âmbito da família, e, ali, a criança deveria ser protegida e educada até o momento em que estivesse preparada para viver politicamente. Como ser livre necessitava de coragem e disposição ao risco, isso só era possível para os adultos já educados.

O cuidado de proteger os mais novos e a preocupação para que estes fossem educados de forma a viver em plena liberdade, nos esclarecem que foram de fato os gregos que “[...] viram pela primeira vez que a educação tem de ser também um processo de construção consciente” (JAEGER, 2001, p. 13).

A visão arendtiana de educação propõe que as crianças sejam educadas para comporem ativamente o mundo, para tanto esses estrangeiros como autora se refere, só serão plenamente livres em contato com a política, ou seja, com a esfera pública.

Será nesse ambiente, que a criança depois de educada e inserida de fato no mundo, poderá ouvir e ser ouvida entre os seus iguais, porém o espaço da intimidade possui papel essencial sendo ele o lugar de proteção e meio para a manutenção de tudo aquilo que é essencial para a vida. A criança que ainda é nova no mundo, precisa da esfera privada como meio para a proteção da exposição implacável da luz pública. Sendo assim, somos nós os adultos os responsáveis por esta inserção dos novos em um mundo que já estava aqui e que perpassará as demais gerações. Temos, então, a responsabilidade com a educação das crianças e também com o próprio mundo (ARENDT, 2011).

Considerações finais

Por meio da conceituação de esfera pública e privada apresentada por Arendt segundo a Antiguidade, vimos que o público caracterizava-se por ser o espaço dos iguais e que por outro lado a intimidade destinava-se a suprir tudo que fosse referente às necessidades biológicas. A educação por sua vez, aparece como um caminho, uma possibilidade de inserir as crianças no campo político, apresentando-se então como pressuposto pré-político.

Voltamos à pergunta norteadora que encaminhou o estudo: será preciso um resgate dos conceitos de ambas as esferas? Após estas análises, podemos dizer que não se trata puramente de um resgate histórico sobre o significado dos conceitos de esfera pública e esfera privada, mais sim uma retomada dos conceitos partindo da ideia de que ambos são imprescindíveis dentro do contexto histórico em que estamos inseridos. Para Arendt (2011) liberdade é a própria política, desta maneira, entender que somos todos cidadãos livres, partipantes e atuantes da vida pública, seria um passo importante para que pudéssemos evitar a barbárie que vem ganhando espaço na política da atualidade.

Uma educação pré-política transforma-se em possibilidade, já que, educar as crianças, inseri-las no mundo para sua renovação seria uma chave para a mudança. Educar para liberdade, isto é, para a participação política, formando cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres e da sua responsabilidade com o mundo.

Assim pensar sobre a esfera pública e privada e, compreender nosso papel enquanto cidadãos livres e a responsabilidade que temos perante a sociedade é necessário em uma situação crítica que abrange todas as áreas, sejam elas econômicas, políticas e culturais. Entender ambas as esferas e assumir que a educação pode e deve ser o caminho para a renovação é uma questão que necessita ser pensada e entendida.

■ Paula de Souza Bezerra é Mestre em Educação, pela Universidade Estadual de Londrina. E Professora de Educação Infantil do Município de Cambé-Paraná. E-mail: souzapaulab@gmail.com.

■ Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui é Doutora em Educação (Filosofia da Educação), pela Universidade Federal da Bahia. E Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: rosaguilar@hotmail.com.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. A questão social em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2004.
- ANTUNES, Marco Antônio. *O público e o privado em Hannah Arendt*. Universidade da Beira Interior. 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2015.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Editora Forense - Universitária. 10. ed. 2001.
- _____. *Sobre la Violencia*. Trad: Guillermo Solana. Madrid: Alianza, 2005.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad: Mauro W. Barbosa de Almeida. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- CARVALHO, José Sérgio. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. Educação e Mundo Comum em Hannah Arendt: Reflexões e relações em face da crise no mundo moderno. 134 f. *Dissertação*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.
- FERREIRA, Manuela Chaves Simões. Hannah Arendt e a separação entre política e educação. 142 f. *Dissertação*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.
- JAEGER, Werner. *Paidéia: A Formação do Homem Grego*. Trad: Arthur M. Parreira. 4º Ed. São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.
- VERNANT, Jean Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. Trad: Ísis Borges B. da Fonseca. 14º Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

*Texto recebido em 17 de abril de 2017.
Aprovado em 21 de julho de 2017.*